



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Despacho n.º 26 939/2007

Considerando que:

Entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Francesa foi celebrado um acordo de cooperação cultural, científica e técnica, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 28/71, de 6 de Fevereiro, através do qual se fixou um intercâmbio anual de assistentes franceses e assistentes portugueses em regime de reciprocidade, sendo o respectivo enquadramento legal o constante do Decreto-Lei n.º 8/91, de 8 de Janeiro;

Os assistentes franceses são cidadãos não nacionais, que exercem funções nos domínios da divulgação da respectiva língua e da cooperação cultural junto dos estabelecimentos portugueses dos ensinos básico e secundário, em regime de contratação a termo (n.ºs 1 dos artigos 1.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 8/91, de 8 de Janeiro);

A proposta de adjudicação e autorização de despesa n.º 830/DSEE/2007, de 19 de Junho, da Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular relativa à contratação a termo de 14 assistentes de Francês, no período de 1 de Outubro de 2007 a 30 de Abril de 2008, em estabelecimentos de ensino público, mereceu despacho de concordância do Secretário de Estado da Educação, de 6 de Julho de 2007;

Tendo presente o disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 169/2006, de 17 de Agosto, e atento ainda o preceituado no n.º 1 do artigo 13.º do aludido diploma, justifica-se a adopção de medida de descongelamento excepcional das admissões do pessoal atrás referido, através do contrato de trabalho previsto no n.º 1 do artigo 44.º do citado Decreto-Lei n.º 184/2004;

Assim, nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, na redacção que lhe foi conferida pelo artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 215/87, de 29 de Maio, e reunidos que estão os pressupostos a que se refere o n.º 11 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio, determina-se que:

1 — Sejam descongeladas, com carácter excepcional, para o Ministério da Educação 14 admissões necessárias à celebração de contratos de trabalho a termo resolutivo certo com assistentes de francês, que desempenharão funções nos estabelecimentos dos ensinos básico e secundário na dependência do mesmo Ministério durante o ano lectivo de 2007-2008, no período de 1 de Outubro de 2007 a 30 de Abril de 2008, com a distribuição funcional e geográfica constante da proposta de adjudicação e despesa n.º 830/DSEE/2007, apresentada pela Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular e que faz parte integrante deste despacho.

2 — A utilização da quota de descongelamento fica dependente da existência de cobertura orçamental.

3 — O presente despacho produz efeitos no dia 4 de Outubro de 2007.

5 de Novembro de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

Assistentes de francês — 2007-2008

DRE	Número de assistentes
Norte	4
Centro	3
Lisboa	3
Alentejo	2
Algarve	2

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Despacho n.º 26 940/2007

Considerando a publicação dos Decretos-Leis n.ºs 207/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR), e 208/2007, de 29 de Maio, que aprovou a orgânica das administrações das Regiões Hidrográficas, I. P., abreviadamente designadas ARH, I. P., de entre as quais figura a ARH do Alentejo, I. P.;

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 208/2007, de 29 de Maio, no n.º 4 do artigo 9.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, e no Decreto-Lei n.º 215/97, de 18 de Agosto, determina-se:

1 — É nomeada presidente da comissão instaladora da ARH do Alentejo, I. P., a mestra em Geo-Recursos Paula Alexandra Faria Fernandes Sarmento e Silva.

2 — É nomeada vice-presidente da comissão instaladora da ARH do Alentejo, I. P., a licenciada em Economia Maria Rosa Pinelas Gouveia Catita.

3 — As presentes nomeações fundamentam-se na experiência profissional das ora nomeadas e na reconhecida aptidão das mesmas para o desempenho das funções inerentes aos cargos para que são nomeadas, tal como atestam, de resto, as respectivas notas curriculares que se publicam em anexo ao presente despacho e do qual fazem parte integrante.

4 — As presentes nomeações produzem efeitos a partir de 24 de Setembro de 2007.

12 de Setembro de 2007. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

Currículo (resumido)

Identificação — Paula Alexandra Faria Fernandes Sarmento e Silva.
Formação académica:

1994-1996 — mestrado em Geo-Recursos do Instituto Superior Técnico, Departamento de Minas, Centro de Valorização de Recursos Minerais;

1983-1988 — licenciatura em Engenharia do Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Experiência profissional:

Desde Setembro de 2005 — vice-presidente da CCDR do Alentejo com competências delegadas na área do ambiente;

De Dezembro de 2003 a Setembro de 2005 — directora do Departamento de Ambiente, Qualidade e Monitorização da EDIA — Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva;

De Agosto de 2000 a Dezembro de 2003 — coordenadora do núcleo de qualidade ambiental da Direcção de Ambiente e Património da EDIA;

De Abril de 1991 a Julho de 2000 — engenheira do ambiente do Departamento de Ambiente da SOMINCOR — Sociedade Mineira de Neves Corvo;

De Dezembro de 1988 a Março de 1991 — responsável pela coordenação e elaboração de estudos de impacte ambiental de projectos florestais na EMPORSIL — Empresa Portuguesa de Silvicultura;

De Janeiro a Abril de 1991 — membro da equipa de trabalho PROAMBIO na elaboração dos capítulos relativos à caracterização da qualidade do ar e identificação e previsão de impactes do estudo de impacte ambiental da ampliação do aeroporto da Madeira;

Em 1988 — técnica superior da Comissão de Coordenação Regional da Região de Lisboa e Vale do Tejo (DRARN), inventariação das emissões gasosas da sub-região do Oeste, estágio no gabinete de engenharia IMPACTO 2000 relacionado com moderação da qualidade da água e colaboração com a Fundação Luso-Americana em processos de consultoria na área de avaliação de projectos agro-industriais (minhocultura).